

# **Impacto da inteligência artificial no devido processo legal e na garantia da ampla defesa**

## **Autor(res)**

Yuri Dos Santos Santana

## **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

## **Instituição**

ANHANGUERA - EAD

## **Introdução**

O avanço da inteligência artificial transforma profundamente as relações sociais, econômicas e jurídicas, impondo novos desafios à proteção dos direitos fundamentais. A utilização crescente de algoritmos em processos administrativos e judiciais suscita sérias preocupações quanto à preservação do devido processo legal e da ampla defesa. A opacidade dos sistemas automatizados, a dificuldade de contestação de decisões e a ausência de mecanismos transparentes de revisão ameaçam comprometer princípios constitucionais essenciais. A garantia de um processo justo, que assegure a participação efetiva das partes e o controle jurisdicional das decisões, precisa ser reinterpretada diante da realidade tecnológica emergente. O Direito, em tempos digitais, não pode se furtar ao enfrentamento desses dilemas, sob pena de fragilizar a democracia e esvaziar as promessas constitucionais. Refletir sobre o impacto da inteligência artificial na efetividade do devido processo legal é uma exigência urgente.

## **Objetivo**

Analisar criticamente o impacto da inteligência artificial sobre o devido processo legal e a ampla defesa, identificando riscos constitucionais decorrentes da opacidade algorítmica e propondo caminhos para a proteção efetiva dos direitos fundamentais em um cenário de crescente automação decisória.

## **Material e Métodos**

A pesquisa adota abordagem qualitativa e teórico-dogmática, com ênfase na análise sistemática da Constituição Federal de 1988 e dos instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Utiliza revisão bibliográfica especializada em direito constitucional, direito digital e ética da inteligência artificial, associada ao exame crítico de documentos técnicos e relatórios internacionais, como os produzidos pela UNESCO e pela OCDE. A metodologia busca compreender as implicações da automação de decisões no âmbito jurídico, focando na necessidade de compatibilizar o avanço tecnológico com as garantias constitucionais, especialmente o contraditório, a ampla defesa, a transparência e o controle jurisdicional efetivo.

## **Resultados e Discussão**

A análise revelou que a crescente adoção de sistemas de inteligência artificial na esfera pública e privada expõe direitos fundamentais a riscos significativos. A opacidade dos algoritmos, a dificuldade de contestação de decisões

automatizadas e a falta de accountability evidenciam uma tensão entre eficiência tecnológica e garantias constitucionais. Observa-se que o devido processo legal exige adaptação para enfrentar os novos desafios, impondo ao Estado o dever de regular a IA com base em princípios de transparência, explicabilidade e auditabilidade. O respeito à ampla defesa exige assegurar que os indivíduos possam compreender, contestar e influenciar as decisões que lhes afetam, preservando assim a essência do processo democrático e da proteção dos direitos humanos em ambiente digital.

### **Conclusão**

A inteligência artificial, ao modificar a dinâmica decisória, desafia a efetividade do devido processo legal e da ampla defesa. A proteção dos direitos fundamentais exige transparência, possibilidade de contestação e revisão das decisões automatizadas. Sem mecanismos jurídicos eficazes, o avanço tecnológico pode fragilizar garantias essenciais, comprometendo a democracia e a justiça constitucional.

### **Referências**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- CAMINHA, Paulo Gustavo Gonet Branco. Direitos Fundamentais na Era Digital: desafios para o constitucionalismo contemporâneo. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil – Parte Geral. 19. ed. Salvador: Juspodivm, 2023.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.
- MANTOVANI, Fábio. Inteligência Artificial e Direito: Desafios Regulatórios. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2023.
- MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 40. ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2024.
- VIEIRA, Oscar Vilhena. Direitos Fundamentais e Inteligência Artificial. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.